

FEIRAS AGROECOLÓGICAS COMO ELEMENTOS DE CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO NÃO FORMAL

Rebeca Eloisa da Silveira Nogueira ¹
Giordano Gubert Viola ²

INTRODUÇÃO

O presente trabalho faz parte da formação de estudantes do Ensino Médio e docentes do IFRN - Campus Mossoró que trabalharam nos projetos de extensão “GerAção Solidária” e (In) visibilidades: direito a ter direitos. O foco dos projetos está ligado à Economia Solidária, à Agroecologia, ao Feminismo e à inclusão da juventude. Sendo assim, tem-se percepção de que estes aspectos permeiam ou se entremeiam com Educação e, com isso em mente, para ampliar a formação acadêmica e humana de bolsistas e docentes, resolvemos realizar esta pesquisa e elaborar a escrita do manuscrito com o intuito de participar do VI Congresso Nacional de Educação.

Feiras agroecológicas são, via de regra, espaços de construção da Economia Solidária e Agroecologia enquanto via de luta para grupos de pessoas oprimidas dentro de um modelo econômico hegemônico, excludente e exploratório, como o modelo capitalista. O modelo de produção e comercialização da Economia Solidária é voltado a uma postura anti hegemônica e se coloca como uma alternativa econômica e cultural que preza pela autogestão. Dentro do espaço da feira, esse modelo respeita, principalmente, a relação produtor/buscador como uma fonte de trocas, no qual uma destas trocas é a de conhecimento, essencial para a existência de uma educação libertadora.

Sendo assim, entender Feiras agroecológicas como campo de estudo é fundamental para ampliarmos nossa visão de educação. No dia 31 de agosto de 2019 visitamos a Feira Agroecológica efetuada pela Associação de Produtores e Agricultoras da Feira Agroecológica de Mossoró – APROFAM. Realizada há 12 anos por produtores rurais do município de Mossoró, Rio Grande do Norte, a feira acontece semanalmente, aos sábados, das 5h às 8h da manhã, em torno do Museu Histórico Lauro da Escóssia.

O objetivo da visita foi entrevistar 5 produtores/as, com o propósito de entender como a formação escolar e o conhecimento desenvolvido nas atividades enquanto feirantes e agricultores/as poderiam se relacionar. Nossa hipótese de trabalho é que o conhecimento sobre as atividades de feirante é construído no coletivo e não no ambiente escolar. Além de tentar corroborar nossa hipótese, outra finalidade é entender a importância da feira para os/as agricultores/as, e assim, entender como esta pode ser uma alternativa econômica e um caminho a ser traçado em busca da soberania alimentar e da educação dos povos do campo e da cidade. Portanto, nosso trabalho está focado na discussão sobre economia solidária, soberania alimentar e educação. A escrita está dividida em Referencial Teórico, Metodologia e Resultado e Discussão ao longo do trabalho.

¹ Estudante do curso técnico em Informática do Instituto Federal do Rio Grande do Norte – IFRN, rebecaeloisa@hotmail.com;

² Professor visitante do Instituto Federal do Rio Grande do Norte – IFRN locado no PPG/Ensino IFRN, UERN, UFRSA. Graduado em Licenciatura em Ciência Biológicas pela UFRGS. Mestre em Ciências Biológicas – Neurociências pela UFRGS. Doutor em Ciências Biológicas/Bioquímica pela UFRGS. (giorgviola@gmail.com);

METODOLOGIA

A metodologia adotada para esta pesquisa foi a análise qualitativa, realizada através de uma entrevista estruturada que consistia de três perguntas, além das informações básicas – nome, idade e formação. As perguntas foram as seguintes: Como você percebe a importância da feira? Como que se dá a troca de conhecimento entre os feirantes? Como a formação escolar influencia no conhecimento necessário para as atividades que você realiza?

Os agentes da pesquisa frequentam a feira semanalmente, portanto, já conhecíamos o espaço da feira e sua estrutura. Então, para determinarmos quem seriam os cinco entrevistados/as, numeramos as 17 bancas que constituem o espaço da feira e realizamos um sorteio aleatório das barracas que teriam os/as feirantes entrevistados/as. Com as bancas sorteadas em mãos, entrevistamos, ao todo, duas produtoras e três produtores, com idades variando entre 35 e 71 anos.

Após este momento, as entrevistas foram transcritas, tabuladas e analisadas em seu conteúdo.

REFERENCIAL TEÓRICO

Ao longo da história, a fome e a desnutrição sempre foram um problema grave do dia a dia de milhões de pessoas. Antes do século XIX, esse problema era justificado por fatores naturais, escassez de técnica, epidemias e guerras (STEDILE E DE CARVALHO, 2010). A partir do século XX, a maioria desses fatores foram dominados pela humanidade, que agora já se encontrava nos meados da terceira revolução industrial. Hoje, apesar do significativo “melhoramento nas técnicas de produção”, a fome se apresenta ainda mais intensamente. No mundo uma boa parcela da população é subnutrida e outra grande parcela ingere alimentação sobre a qual não tem nenhum conhecimento. Uma significativa parcela da população brasileira não tem acesso a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente. Enquanto isso, percebemos o crescimento extremo do agronegócio, impulsionado pelos setores – incluindo a mídia - dominantes. Segundo dados do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada, o PIB do agronegócio cresceu, no Brasil, 49,2% entre 1996 e 2017. Lado a lado de seu crescimento, o agronegócio traz consigo uma série de fatores problemáticos: contaminação da água, do solo e dos alimentos, gerando intoxicação da população e do ambiente pelos agrotóxicos.

Diante deste contexto, é necessário questionar-se sobre os motivos do aumento da desnutrição e ao mesmo tempo da obesidade. Podemos observar que uma das causas é a formação de um oligopólio no que se refere ao agrobusiness e com isso a formação de um grande o mercado alimentício, se preocupando com o lucro empresarial ao invés de resolver o problema da fome no mundo. Há uma colonização do sistema alimentar fundamentada pelo princípio do capital, criando uma estrutura quase que indestrutível junto ao sistema, que, conseqüentemente, exerce uma influência política global. A partir deste momento, a alimentação se torna uma mercadoria, e não um direito comum a todos, ou seja, o que deveria ser um direito humano se encontra sob o poder das leis capitalistas. Pela sua ânsia controladora, o capitalismo acaba por ferir o artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos

Humanos: “Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar-lhe, e a sua família, saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis”.

É neste sentido de oligopolização que estas poucas empresas, representantes do capitalismo, nos vendem uma ração mundialmente padronizada ao invés de uma alimentação que leve em conta aspectos culturais, ecológicos e climáticos de cada povo e de cada região do planeta (STEDILE E DE CARVALHO, 2010). Por exemplo, no México a luta contra as sementes de milho transgênico e em favor das sementes crioulas é uma luta das diferentes populações indígenas e mesmo dentro da academia de ciências mexicana (Herrera et al., 2002). Portanto, temos que: com um direito básico sendo transformado em mercadoria, a desigualdade social se aprofunda e em contra partida os povos se organizam para manter sua soberania alimentar. Se, só se alimenta quem tem dinheiro, e como é explícito a diferença e a concentração de renda em praticamente todas as sociedades, a majoritária população pobre é quem sente as consequências deste processo e deve se educar e lutar por seus direitos, entre os quais a manutenção dos saberes do campo.

É de conhecimento comum que historicamente o capitalismo aprofundou o processo de exploração, agravando a relação burguesia/trabalhador e a desigualdade social. Neste sentido, a partir do momento que a alimentação é transformada em mercadoria, a segurança alimentar passa a não existir inteiramente para todos. Nesse contexto, grupos econômicos de pessoas excluídas procuram por modelos contra hegemônicos. Atualmente a Economia Solidária surge como uma das alternativas ao modelo vigente trazendo como princípios básicos a autogestão, solidariedade e a cooperação (SINGER, 2002). Esta está relacionada a mudança no modo de produzir e comercializar se preocupando com a democracia, com a natureza e com a geração de renda para o/a trabalhador/a.

É neste momento que poderemos fazer uma discussão sobre soberania alimentar. Em 1996 a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura criou o conceito de segurança alimentar: “Garantir a todos acesso a alimentos básicos de qualidade e em quantidade suficiente, sem comprometer as outras necessidades essenciais”. Em contrapartida, a Via Campesina Internacional coloca a soberania alimentar como um princípio de luta, e ela significa o direito dos povos a definir suas políticas de alimentação, incluindo modo de produção e distribuição dos alimentos.

Assim, soberania significa que além de ter acesso aos alimentos, o povo, as populações de cada país têm o direito de produzi-los. E será isso que garantirá a soberania sobre suas existências. O controle da produção dos seus próprios alimentos é fundamental para que as populações tenham garantia de acessá-los durante todo ano; tenham garantia de que esses alimentos estão adequados ao bioma aonde vivem, às suas necessidades nutricionais e aos seus hábitos alimentares. (STEDILE, João; CARVALHO, Horacio, 2010, pág 09)

Diante disso, podemos relacionar a soberania alimentar enquanto princípio da Economia Solidária, que busca a preservação da natureza, banindo os agrotóxicos e a produção através da monocultura; garantindo o respeito a quem produz, incluindo neste meio, principalmente, os grupos excluídos; e o respeito a cultura e diversificação. Então, temos que, o espaço da Feira Agroecológica é defensor da soberania alimentar. Deixaremos essa discussão mais explícita no próximo tópico, no qual traremos os resultados da pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para iniciar o debate, se faz necessário destacar a importância da Feira para estes/as agricultores/as. Analisando as entrevistas, podemos perceber que esta importância varia desde amizades, necessidade de conviver com o outro, até a fonte principal ou o complemento da renda familiar. Um dos entrevistados ainda destaca que este processo é uma oportunidade de comercializar seus produtos, que a maioria das pessoas da comunidade rural, antigamente, não tinham acesso. Ele dá o exemplo de sua comunidade: “a percepção é que a gente tem a oportunidade de comercializar o que a gente produz na nossa área de produção, que antigamente em área de assentamento e comunidades a gente não tinha, assim... uma organização dos agricultores familiares de pequeno porte, e a gente as vezes produzia muita coisa e as vezes se esruía dentro da propriedade porque num tinha como comercializar. Aí as vezes comercializa pouco, aquela coisa baratal, num tinha muito a comercialização, né?” (sic). Eles/as ainda destacam uma questão muito discutida que é o êxodo rural, expõem que não é mais necessário que se mudem de forma compulsória para a cidade. Através destas oportunidades há o desenvolvimento do saber conviver com o meio ambiente, com o recurso natural, salientando o melhoramento na condição de vida, premissas estas que envolvem diretamente a agroecologia (ALTIERI, 1998).

Neste cenário, podemos perceber a organização dos/as agricultores/as para trabalhar em associação e conviver com as dificuldades de um clima semiárido. É neste processo que podemos destacar o conhecimento produzido e compartilhado no grupo. Interessante salientar que um dos entrevistados é considerado pelos outros associados como o pesquisador na feira. Ele evidencia a parceria com o SEBRAE, SENAI e com a prefeitura, e nesse processo eles tem o acesso a técnicos que auxiliam nos seus projetos: “Mas além disso aí, eu sou um dos que gosta de fazer muito experimento na parte de agroecologia, e já desenvolvi muita forma de produção aqui sem precisar de utilizar esses produtos que é difícil dos agricultor fazer, por exemplo, tem alguns tipo de calda, de fertilizantes, que eles não tem acesso ao material pra fazer, e eu como experimentador, eu desenvolvi vários tipos de bioinseticida, biofertilizante, que é muito bom pra produção orgânica e aí eu divulgo pra os agricultor”(sic). Além de compartilhar seus conhecimentos agroecológicos com os/as associados/as, ressalta que ele aprendeu bastante trabalhando no setor de produção do Movimento Sem Terra e que também comercializa estes produtos na Feira.

Neste âmbito, podemos começar a observar que a educação não se constrói só dentro do âmbito escolar ou familiar. Ao se perguntar sobre a troca de conhecimento dentro da feira, os/as agricultores/as, de forma muito enfática, demonstraram que a troca de saberes é uma prática recorrente. Isso quer dizer que o processo de ensino-aprendizagem também está presente neste espaço, bem como, no momento da produção. Salientamos aqui que os associados fazem visitas aos canteiros de produção um do outro para discutir problemas e soluções para o plantio. A agroecologia, e o campo, como perspectiva geral, traz aspectos multidimensionais, que constroem os preceitos da soberania alimentar. Neste trecho, fica claro como a agroecologia engloba diversas áreas e por isso constrói um conhecimento multidisciplinar, integralizado. (PEREIRA, et al. 2006). É neste contexto que percebemos a presença da educação, não burocrática, dentro das escolas e universidades, mas uma educação informal, se construindo na perspectiva da Feira.

Em diálogo com os autores, compreendemos a educação formal como aquela categoricamente estipulada, regulada, supervisionada e implementada por meio de legislação pelo Estado; por educação informal aquela que não tem planejamento prévio, regras estipuladas, tempo e local para acontecer, sendo que em muitas situações não tem nem a intencionalidade em seu processo, portanto, perpassa os

demais campos por materializar-se na troca com o outro e em diferentes contextos. (RODRIGUES, J. et al, 2019, pág. 147)

Neste momento, analisaremos as respostas dos entrevistados/as sobre a influência da formação escolar na sua produção e comercialização. Cabe aqui destacar que nenhum dos entrevistados se inseriu, em algum momento, na universidade. Diferente da nossa hipótese, talvez por erro metodológico, os agricultores salientaram que a educação escolar se faz muito necessária para a comercialização de seus produtos. “Assim, eu considero muito importante também, eu estudei muito na área rural inicialmente, onde eu também já observava as partes da plantação do campo. Mas com certeza facilita até pras nossas anotações, pra nossa matemática, fazer conta.”(sic). Um dos entrevistados/as destaca, inclusive, que a educação escolar, que eles chamam de técnica, deveria andar lado a lado com a produção, dessa forma, teríamos uma educação integrada, que elevaria nosso nível de conhecimento e evolução. Ressaltaram, ainda, como são importantes as capacitações que recebem do SEBRAE, e cobram das universidades e do governo o desenvolvimento de pesquisas nesta área. Vale salientar que não é de interesse de alguns governos e do grande capital o desenvolvimento de modos de produção e comercialização contra hegemônicos, tais como, a agroecologia e da agricultura familiar, a economia solidária, pois estes modelos ferem a base do capitalismo, portanto, são alternativas viáveis ao agronegócio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As características salientadas pelos entrevistados nessa Feira, não cabem apenas a este espaço. Outras Feiras Agroecológicas realizadas no município de Mossoró já foram estudadas por este mesmo projeto, e os resultados são sempre muito parecidos. A Feira de Agricultura Familiar do Bairro Nova Vida é realizada por grupos organizados na comunidade, incluindo jovens e adultos. Esta feira acontece mensalmente em uma das praças principais do bairro, que antes era desocupada e apresentava índices de violência. É notório que o início da Feira trouxe para a comunidade, além do aumento da renda, a ocupação dos jovens e dos espaços do bairro, trazendo uma nova perspectiva para as pessoas. Por ser um bairro considerado periférico, a Feira se coloca como uma forte resistência dos moradores e uma alternativa de estudo e aprendizado dos participantes, pois o projeto realiza não só a venda de alimentos, bem como, momentos de estudos através de livros, textos, cine-debates e arte.

Deste modo, concluímos que uma educação escolar voltada a realidade de cada grupo se faz realmente necessária para o desenvolvimento do ser humano, em suas diversas perspectivas de trabalho. Entretanto, esta educação precisa ser remodelada, a escola precisa trabalhar dentro da realidade do povo, lado a lado com as necessidades da comunidade. Dessa forma, iniciariamos um processo de construção de uma educação libertadora, sem que a estrutura da educação seja usada para trabalhar a favor de um sistema que reforce a desigualdade e a exploração. É perceptível que até mesmo aqueles que não passaram tantos anos dentro do sistema escolar, incluindo a universidade, entendem que, não uma reforma, mas uma revolução, no seu sentido de palavra, tenha que vir a acontecer na nossa estrutura educacional.

Tendo em conta que o fazer científico é uma atividade infundável e que todas as pesquisas devem apresentar continuidade, temos como intuito ampliar nosso conhecimento sobre essa e outras feiras agroecológicas. Portanto, devemos discutir de forma mais aprofundada e por outras metodologias, como os agricultores e agricultoras que constroem a

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

Feiras Agroecológicas podem traçar caminhos rumo ao conhecimento de uma forma não convencional, bem como analisar como eles/elas conheceram e começaram a trabalhar com a agroecologia e como esses dois pontos se associam ao processo de relação entre os/as feirantes e os/as buscadores/as.

Palavras-chave: Agroecologia, Educação, Soberania alimentar, Agricultura Familiar.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, M. Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998.

Herrera, C. B. E., A. Macías L., R. Díaz R., M. Valadez R., y A. Delgado A. Uso de semilla criolla y caracteres de mazorca para la selección de semilla de maíz en México. Rev. Fitotec. Mex. 25:17-24. 2002.

RODRIGUES, J. et al. Educação integral, institucionalização do tempo livre: outras lógicas educacionais no contexto luso-brasileiro. Scielo, 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622019000200145&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt> Acesso em 26 de setembro de 2019.

ROCHA, N.; LEÃO, M. O Direito Humano à Alimentação Adequada e o Sistema de Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília, DF: ABRANDH, 2010.

BRASIL: SOBERANIA ALIMENTAR DEVE SER DEBATIDA PELO CONJUNTO DA SOCIEDADE. Coordenadora Latino Americana De Organizaciones Del Campo. Disponível em:<<http://www.cloc-viacampesina.net/portugues/brasil-soberania-alimentar-deve-ser-debatida-pelo-conjunto-da-sociedade>> Acesso em: 25 de setembro de 2019.

PEREIRA, F. et al. Marco Referencial em Agroecologia. 1. Ed. Distrito Federal: Embrapa, 2006.

STEDILE, J., CARVALHO, H. Soberania Alimentar: uma necessidade dos povos. 2010. In: Ribeiro, D.S., et al., Agroecologia na educação básica questões propositivas de conteúdo e metodologia. Expressão Popular, São Paulo, SP, 2017.

SINGER, P. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: Boaventura de Sousa Santos (org) produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.